

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

N.º CPI/56/2022

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
DE SUPORTE TÉCNICO E DE MANUTENÇÃO DAS PLATAFORMAS
TECNOLÓGICAS DO CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES (CNQ) E
DA GARANTIA DE QUALIDADE (QUADRO EQAVET) DA ANQEP, I.P.

Artigo 1.º

Identificação do concurso

1. O presente concurso tem por objeto a aquisição de serviços de suporte técnico e de manutenção das plataformas tecnológicas do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e da Garantia da Qualidade (Quadro EQAVET) da ANQEP, I.P.
2. O presente concurso compreende os seguintes lotes:
 - a. Lote 1 – Serviços de suporte técnico e de manutenção da plataforma tecnológica do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ);
 - b. Lote 2 – Serviços de suporte técnico e de manutenção da plataforma tecnológica da Garantia da Qualidade (Quadro EQAVET);
3. O presente concurso é designado por “*concurso público internacional para a aquisição de serviços de suporte técnico e de manutenção das plataformas tecnológicas do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e da Garantia da Qualidade (Quadro EQAVET) da ANQEP, I.P.*”.
4. O procedimento de contratação reveste a forma de concurso público, com publicidade internacional, nos termos da alínea *c)* do n.º 1 e alínea *e)* do n.º 2 do artigo 16.º, conjugados com a alínea *a)* do n.º 1 do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).
5. Os serviços objeto do presente concurso classificam-se pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV) – 72200000-7, correspondentes à descrição de “*Serviços de consultoria e de programação de software*”, indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

1. A entidade adjudicante é a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P., com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 138, 1399-026 Lisboa, com o NIPC 510265006, com o endereço eletrónico compras@anqep.gov.pt e o telefone (+351) 213 943 700, adiante designada por ANQEP.
2. O endereço da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante é o seguinte: www.acingov.pt

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo da ANQEP, nos termos da delegação de competências prevista no n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, em conjugação com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e o disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP.

Artigo 4.º

Júri do procedimento

1. O presente procedimento é conduzido por um júri, ao qual compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente ao órgão competente para a decisão de contratar, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, a análise e avaliação das propostas, a realização das audiências prévias dos concorrentes e a elaboração dos respetivos relatórios preliminar e final.
2. O júri é composto por 5 (cinco) membros efetivos, um dos quais preside, e por 2 (dois) suplentes, designados pelo órgão competente para a decisão de contratar.
3. O júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades tenham direito a voto.
4. Das reuniões do júri deve ser lavrada ata por um elemento designado pelo seu presidente, de onde conste, designadamente, a lista dos membros presentes e ausentes, a ordem de trabalhos, os assuntos abordados e as deliberações tomadas, devidamente acompanhadas da respetiva fundamentação.
5. As deliberações do júri são aprovadas por maioria de votos, não sendo admitida a abstenção, inscrevendo-se em ata os votos vencidos, devendo o membro do júri que tenha votado vencido exarar em ata as razões da sua discordância.

Artigo 5.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. O procedimento é constituído pelas seguintes peças:
 - a. O anúncio;
 - b. O presente programa do procedimento, que inclui 3 (três) anexos;
 - c. O caderno de encargos.
2. As peças do procedimento encontram-se patentes na seguinte morada: Avenida 24 de Julho, n.º 138, 3.º Piso, 1399-026 Lisboa, onde podem ser consultadas, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, entre as 10H00 e as 12H30 e as 14H30 e as 17H00 de cada dia útil, salvo interrupções normais de expediente.
3. As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º, desde a data de publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* das peças do procedimento.

Artigo 6.º

Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento e erros e omissões do caderno de encargos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do júri.
2. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento ao júri do procedimento, através da plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º, até às 23H59 do dia em que termina o 1.º (primeiro) terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, e disponibilizados na plataforma eletrónica até às 23H59 do dia em que termina o 2.º (segundo) terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. Até às 23H59 do dia em que termina o 1.º (primeiro) terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem também apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados no caderno de encargos.

5. Até às 23H59 do dia em que termina o 2.º (segundo) terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como o júri prestar esclarecimentos, no mesmo prazo, ou até ao final do prazo de entrega das propostas.
7. Os esclarecimentos, as listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como a decisão prevista no número 5, são publicitadas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados do facto.
8. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º

Documentos da proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação (DEUCP), conforme o ANEXO I ao presente programa do procedimento;
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - i. Proposta de preço, com a indicação dos respetivos preços unitários, elaborada de acordo com o ANEXO II ao presente programa do procedimento, para os serviços aí previstos. Os preços não deverão incluir o IVA, nem apresentar mais do que duas casas decimais. Se o concorrente apresentar mais do que duas casas decimais, apenas se atenderá ao valor indicado até à segunda casa decimal, sem se proceder a qualquer arredondamento. Os preços unitários não poderão ser superiores aos preços unitários base indicados, sob pena de exclusão da proposta, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

- ii. Proposta técnica, contendo a memória descritiva e justificativa do modo de execução dos serviços, na qual o concorrente deverá apresentar:
 - organograma funcional da equipa técnica e de gestão a afetar à execução dos serviços objeto do Contrato, de acordo com as categorias, quantitativos e número de técnicos previsto no caderno de encargos;
 - tempos máximos de resposta propostos para a execução de cada uma das tipologias de serviços previstas no caderno de encargos;
 - c) *Curriculum vitae* atualizado dos membros da equipa técnica e de gestão a afetar à execução dos serviços objeto do Contrato a celebrar, que comprove a experiência profissional prevista no caderno de encargos;
 - d) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.
2. Se o concorrente apresentar proposta a mais do que um Lote, deve proceder à apresentação de cada um dos documentos identificados no número anterior em cada um dos Lotes a que concorra, com exceção do DEUCP, o qual poderá ser apresentado uma única vez, identificando-se, no campo destinado a tal, os Lotes aos quais se apresenta proposta.
 3. Os concorrentes podem apresentar proposta para todos os lotes a concurso.

Artigo 8.º

Modo de apresentação da proposta

1. Os documentos referidos no artigo 7.º devem ser apresentados em formato *Portable Document Format* (PDF) ou equivalente.
2. Cada documento deve conter uma folha de rosto com a respetiva identificação, a qual deve conter a identificação do concorrente, a designação do presente procedimento, o Lote a que respeitam os documentos e as alíneas do artigo 7.º a que se refere o documento e o número total de páginas do documento.
3. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica devem ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada.

5. Se o concorrente utilizar algum processo de compressão ou agregação, como é o caso de pastas em formato zip., rar. ou outro equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos inseridos nas referidas pastas.
6. Nos casos em que o certificado digital utilizado não permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente juntar à sua proposta o(s) documento(s) que ateste(m) o poder de representação e a assinatura do assinante.

Artigo 9.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 10.º

Idioma

Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 11.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação relativa a cada um dos Lotes é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade *multifator*, de acordo com os seguintes fatores, subfactores e coeficientes de ponderação:
 - a. *Preço unitário global da proposta* - ponderação de 30%;
 - b. *Qualidade Técnica da Proposta* - ponderação de 70%:
 - i. *Tempo de Resposta a Pedidos*- ponderação de 45%;
 - ii. *Quantidade de Pedidos por Tipologia* – ponderação de 40%;
 - iii. *Qualidade da Equipa Proposta* – ponderação de 15%

2. A avaliação das propostas será feita de acordo com o modelo constante do ANEXO III ao presente programa do procedimento.
3. Em caso de igualdade pontual, o desempate será realizado através da aplicação dos seguintes critérios, pela ordem a seguir indicada:
 - a. A proposta que apresentar maior pontuação no fator *Qualidade Técnica da Proposta*;
 - b. A proposta que apresentar maior pontuação no subfactor *Tempo de Resposta a Pedidos*;
 - c. A proposta que apresentar maior pontuação no subfactor *Quantidade de Pedidos por Tipologia*
 - d. Preço da proposta;
4. Em caso de subsistência do empate, a adjudicação é feita à proposta que for selecionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante notificação através da plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º.

Artigo 12.º

Preço base

1. O preço base de cada Lote é o seguinte:
 - a. Lote 1: € 170.625,00 (cento e setenta mil seiscientos e vinte e cinco euros);
 - b. Lote 2: € 102.375,00 (cento e dois mil trezentos e setenta e cinco euros).;
2. O preço base do presente procedimento perfaz o total de 273.000,00€ (duzentos e setenta e três mil euros) valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
3. Para cada serviço objeto do contrato a celebrar foi fixado um *Preço Unitário Base*, indicado no ANEXO II ao presente programa do procedimento, sendo esse o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de cada um dos serviços aí indicados.
4. Os preços unitários indicados na proposta não podem ser superiores aos preços unitários base indicados no ANEXO II ao presente programa do procedimento, sob pena de exclusão da proposta, nos termos da alínea *b)* do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

5. O preço base e os preços unitários base referidos nos números anteriores foram determinados em função da ponderação dos preços contratuais resultantes de anteriores procedimentos, com o mesmo objeto.

Artigo 13.º

Prazo para a apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º, até às 23H59 horas do 30.º (trigésimo) dia a contar da data de envio do anúncio ao serviço de publicações oficiais da União Europeia, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 136.º do CCP.

Artigo 14.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O júri, no dia útil imediatamente subsequente ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º.
2. Mediante a atribuição de um *login* e de uma *password*, é facultada aos concorrentes incluídos na lista a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2.

Artigo 15.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas durante um prazo de 90 (noventa) dias úteis contado da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas,

considerando-se aquele prazo prorrogado, por igual período, se antes do seu termo os concorrentes nada disserem em contrário.

Artigo 16.º

Esclarecimentos e suprimientos de irregularidades das propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea *a)* do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.
4. O júri do procedimento deve solicitar aos concorrentes que procedam ao suprimento das irregularidades formais das suas propostas, nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
5. O júri deve, ainda, proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou cálculo contidos nas propostas se for evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

Artigo 17.º

Relatórios preliminar e final e adjudicação

1. Após a análise e avaliação das propostas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das propostas.
2. No relatório referido no número anterior, o júri propõe ainda, de forma fundamentada, a exclusão de qualquer proposta.
3. Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia dos concorrentes, para que, num prazo de 5 (cinco) dias, se pronunciem sobre o mesmo, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.

4. Efetuada a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
5. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no número 3, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
6. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
7. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
8. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes, sendo-lhes remetida uma cópia do relatório final.

Artigo 18.º

Documentos de habilitação

1. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresentar os seguintes documentos:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
 - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certidão do registo comercial com todas as inscrições em vigor ou disponibilização do código de acesso à certidão permanente;
 - d) No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por um agrupamento, os documentos referidos nas alíneas anteriores deverão ser entregues por todos os membros que o constituem, devendo, ainda, ser apresentada cópia de contrato de consórcio externo de responsabilidade solidária de acordo com o previsto no artigo 20.º do presente programa do procedimento.

2. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados pelo adjudicatário na plataforma eletrónica.
3. Todos os concorrentes são notificados da apresentação dos documentos de habilitação, com a indicação do dia em que ocorreu essa apresentação.
4. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica para consulta de todos os interessados.
5. No caso de serem detetadas irregularidades ou omissões nos documentos de habilitação, não imputáveis ao adjudicatário e que possam conduzir à caducidade da adjudicação, será concedido ao adjudicatário um prazo de 5 (cinco) dias úteis para a respetiva supressão.
6. No prazo de 10 (dez) dias após a notificação da adjudicação, o adjudicatário deve igualmente apresentar documento comprovativo de registo no Registo Central do Beneficiário Efetivo, caso essa exigência legal lhe seja aplicável.
7. No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por um agrupamento, o documento referido no número anterior deverá ser apresentado por todos os membros que o constituem sujeitos a essa obrigação legal.
8. Nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, a falta de apresentação do documento comprovativo de registo no Registo Central do Beneficiário Efetivo impede a celebração de qualquer contrato objeto do presente procedimento. Pelo que, o incumprimento dessa obrigação determinará a caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

Artigo 19.º

Caução

Será exigida a prestação de caução, nos termos da alínea *a)* do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, no montante de 5% do preço contratual.

Artigo 20.º

Adjudicação de proposta apresentada por um agrupamento

1. Se a adjudicação recair sobre proposta apresentada por um agrupamento, as entidades que o compõem devem, em momento prévio à celebração do contrato de aquisição de serviços, associar-se juridicamente na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.

2. O contrato de consórcio deve indicar a entidade que exercerá as funções de líder de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato e por procuração, os poderes para receber da entidade adjudicante, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato de aquisição de serviços, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações respeitantes ao contrato celebrado.

Artigo 21.º

Encargos dos concorrentes e do adjudicatário

1. Todas as despesas inerentes à elaboração e à apresentação das propostas constituem encargo dos concorrentes.
2. Todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato constituem encargo do adjudicatário, nestas se incluindo, entre outras, as referentes à prestação da caução.

Artigo 22.º

Legislação aplicável

Todas as matérias que não estejam especialmente reguladas no presente programa do procedimento são disciplinadas pelo CCP e legislação complementar.

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO








Formulário tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

(ficheiro a disponibilizar na plataforma eletrónica)

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROPOSTA DE PREÇO

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar todas as prestações do contrato, de harmonia com o disposto no caderno de encargos, pelos seguintes preços unitários, aos quais acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido:

Lote 1 – Serviços de suporte técnico e de manutenção da plataforma tecnológica do CNQ, nos termos previstos no Caderno de Encargos	Tipologia (Cláusula 15. ^a do caderno de encargos)	Preço Unitário Base	Preço Unitário Proposto (em euros e com um máximo de duas casas decimais)
Pedido Estruturante Urgente	1	€ 5.000,00 (cinco mil euros)	€  (...)
Pedido Estruturante Não Urgente	2	€ 2.100,00 (dois mil e cem euros)	€  (...)
Pedido Não Estruturante Urgente	3	€ 160,00 (cento e sessenta euros)	€  (...)
Pedido Não Estruturante Não Urgente	4	€ 120,00 (cento e vinte euros)	€  (...)
Pedido de Apoio/Suporte Urgente	5	€ 40,00 (quarenta euros)	€  (...)
Pedido de Apoio/Suporte Não Urgente	6	€ 32,00 (trinta e dois euros)	€  (...)
Pedido de documentação	7	€ 4.524,00 (quatro mil, quinhentos e vinte e quatro euros)	€  (...)

Lote 2 – Serviços de suporte técnico e de manutenção da plataforma tecnológica da Garantia da Qualidade (Quadro EQAVET), nos termos previstos no caderno de encargos	Tipologia (Cláusula 15.ª do caderno de encargos)	Preço Unitário Base	Preço Unitário Proposto (em euros e com um máximo de duas casas decimais)
Pedido Estruturante Urgente	1	€ 5.000,00 (cinco mil euros)	
Pedido Estruturante Não Urgente	2	€ 2.100,00 (dois mil e cem euros)	
Pedido Não Estruturante Urgente	3	€ 160,00 (cento e sessenta euros)	
Pedido Não Estruturante Não Urgente	4	€ 120,00 (cento e vinte euros)	
Pedido de Apoio/Suporte Urgente	5	€ 40,00 (quarenta euros)	
Pedido de Apoio/Suporte Não Urgente	6	€ 32,00 (trinta e dois euros)	
Pedido de documentação	7	€ 4.524,00 (quatro mil, quinhentos e vinte e quatro euros)	

[Local], [data], [assinatura dos representantes legais]

ANEXO III – MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. A adjudicação relativa a cada Lote é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade *multifator*, de acordo com os seguintes fatores, subfactores e coeficientes de ponderação:

Fatores e subfactores	Coeficientes de ponderação
a) <i>Preço unitário global da proposta</i>	30%
b) <i>Qualidade Técnica da Proposta</i>	70%
b1) <i>Equipa técnica a afetar à execução dos serviços</i>	60%
b2) <i>Tempo máximo de resposta</i>	40%

2. As propostas serão pontuadas, em cada um dos fatores e subfactores, de 0 (zero) a 100 (cem), com arredondamentos à segunda casa decimal sempre que tal se revele necessário.
3. A pontuação global de cada proposta corresponde ao resultado da soma das pontuações parciais obtidas em cada fator e subfactor elementar, multiplicadas pelo valor dos respetivos coeficientes de ponderação.
4. A pontuação das propostas no fator “*Preço unitário global da proposta*” será calculada da seguinte forma:

$$100 - ((\text{PunitárioConcorrente} / \text{Punitáriobase}) \times 100) = \text{PreçoUnitárioServiço}$$

em que:

PunitárioConcorrente: preço unitário proposto pelo concorrente para cada um dos serviços previstos no caderno de encargos.

Punitáriobase: preço unitário base definido para cada um dos serviços previstos no caderno de encargos.

A pontuação final de cada proposta será obtida mediante a aplicação de coeficientes de ponderação do *Preço Unitário Serviço* apurado relativamente a cada um dos serviços indicados no ANEXO II ao programa do procedimento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PreçoUnitárioServiço1 \times 0,32 + PreçoUnitárioServiço2 \times 0,38 + PreçoUnitárioServiço3 \times 0,03 + PreçoUnitárioServiço4 \times 0,07 + PreçoUnitárioServiço5 \times 0,03 + PreçoUnitárioServiço6 \times 0,06 + PreçoUnitárioServiço7 \times 0,11.$$

Em que:

Preço Unitário Serviço 1 – serviços da tipologia 1;

Preço Unitário Serviço 2 – serviços da tipologia 2;

Preço Unitário Serviço 3 – serviços da tipologia 3;

Preço Unitário Serviço 4 – serviços da tipologia 4;

Preço Unitário Serviço 5 – serviços da tipologia 5;

Preço Unitário Serviço 6 – serviços da tipologia 6;

Preço Unitário Serviço 7 – serviços da tipologia 7;

5. A pontuação das propostas no subfactor “*Equipa técnica a afetar à execução dos serviços*” será atribuída e calculada da seguinte forma:

$$P_{Equipa} = \frac{\sum_{i=1}^n P_{Elemento\ i}}{[número\ de\ elementos\ da\ equipa]}$$

Em que:

P_{Equipa} é a pontuação do fator Equipa

$P_{Elementoi}$ é a pontuação de cada um dos elementos da equipa

N_{Elem} é o número de elementos da equipa

A pontuação para cada elemento, P_{Elemento_i} , é obtida a partir da classificação abaixo indicada:

Descrição:	Pontuação:
A proposta prevê um acréscimo superior a 100% do tempo de experiência mínima previsto no caderno de encargos, e o elemento da equipa técnica evidencia experiência nos sectores da educação e formação.	100
A proposta prevê um acréscimo entre 75% a 100% do tempo de experiência mínima previsto no caderno de encargos, e o elemento da equipa técnica evidencia experiência nos sectores da educação e formação.	90
A proposta prevê um acréscimo entre 50% a 74% do tempo de experiência mínima previsto no caderno de encargos, e o elemento da equipa técnica evidencia experiência nos sectores da educação e formação.	80
A proposta prevê um acréscimo até 49% do tempo de experiência mínima previsto no caderno de encargos, e o elemento da equipa técnica evidencia experiência nos sectores da educação e formação.	70
A proposta não prevê qualquer acréscimo ao tempo de experiência mínima previsto no caderno de encargos, mas o elemento da equipa técnica evidencia experiência nos sectores da educação e formação.	60
A proposta prevê um acréscimo superior a 100% do tempo de experiência mínima previsto no caderno de encargos, mas o elemento da equipa técnica não evidencia experiência nos sectores da educação e formação.	50
A proposta prevê um acréscimo entre 75% a 100% do tempo de experiência mínima previsto no caderno de encargos, mas o elemento da equipa técnica não evidencia experiência nos sectores da educação e formação.	40
A proposta prevê um acréscimo entre 50% a 74% do tempo de experiência mínima previsto no caderno de encargos, mas o elemento da equipa técnica não evidencia experiência nos sectores da educação e formação.	30
A proposta prevê um acréscimo até 49% do tempo de experiência mínima previsto no caderno de encargos, mas o elemento da equipa técnica não evidencia experiência nos sectores da educação e formação.	20
A proposta não prevê qualquer acréscimo ao tempo de experiência mínima previsto no caderno de encargos e o elemento da equipa técnica não evidencia experiência nos sectores da educação e formação.	0

Nota: A avaliação deste subfactor está pensada para uma equipa composta por pelo menos 2 elementos, conforme previsto no n.º 1 da Cláusula 17.ª do Caderno de Encargos. Assim, nas situações em que seja proposta a acumulação de perfis por parte do mesmo técnico, a contabilização do recurso humano em questão será efetuada duas vezes, sendo o mesmo avaliado separadamente para cada um dos perfis para o qual seja proposto.

6. No subfactor “*Tempo máximo de resposta*” será avaliado o tempo máximo de resposta proposto pelo concorrente para os serviços da tipologia 6, previstos no Caderno de Encargos, sendo a pontuação atribuída e calculada da seguinte forma:

Descrição:	Pontuação:
A proposta prevê uma redução superior a 75% do <i>tempo máximo de resposta</i> previsto no caderno de encargos para os serviços da tipologia 6.	100
A proposta prevê uma redução entre 50% a 74% do <i>tempo máximo de resposta</i> previsto no caderno de encargos para os serviços da tipologia 6.	75
A proposta prevê uma redução entre 26 % e 49% do <i>tempo máximo de resposta</i> previsto no caderno de encargos para os serviços da tipologia 6.	50
A proposta prevê uma redução de até 25% do <i>tempo máximo de resposta</i> previsto no caderno de encargos para os serviços da tipologia 6.	25
A proposta prevê o <i>tempo máximo de resposta</i> em conformidade com o disposto no caderno de encargos para os serviços da tipologia 6.	0

Nota: a proposta deverá respeitar, sob pena de exclusão, os tempos máximos de resposta previstos na Cláusula 15.ª do Caderno de Encargos, relativamente a cada uma das tipologias de serviços aí indicados.